



História e memória: leituras e possibilidades nos livros didáticos

JORGE ARTUR CAETANO LOPES DOS SANTOS\*

Um dos objetivos do presente artigo é discutir as relações entre história e memória com base nas leituras de importantes autores que trataram do tema. Além disso, também é um objetivo pensar essas possibilidades no ensino de história através de livros didáticos de história do ensino fundamental. Esses objetivos são atravessados pela minha prática em sala de aula no Centro de Ensino Fundamental 308, da coordenação regional de ensino do Recanto das Emas, cidade do Distrito Federal. Nessa escola da rede pública, educandos são convidados a pensar e construir as relações entre história e memória nas práticas de ensino aprendizagem.

A relação entre história e memória pode ser definida como tensa e inevitável, uma vez que temos diante de nós dois discursos relacionados de alguma forma com o passado. Assim como Michel Foucault “chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva” (FOUCAULT, 2007a: 132), ou como ele explica de forma mais simples anteriormente, “o termo discurso poderá ser fixado: conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação” (FOUCAULT, 2007a: 122). Tanto nos discursos da história quanto da memória, há um movimento no presente de se referir àquilo que já não é, onde demandas subjetivas e objetivas se misturam. O historiador François Hartog historiciza esse processo nos seguintes termos:

*Se história e memória tiveram, de saída, um projeto comum, suas relações efetivas foram complexas, mutáveis e conflitantes. Assim, em sua pretensão de comprovar que só a história do presente pode ser científica, Tucídides concluía que a história se faz amplamente contra a memória (sempre falível). E seus longínquos colegas do século XIX são, por sua vez, favoráveis a uma estrita separação entre história e memória, mas desta vez em nome do ideal de uma história no passado e apenas no passado: a história termina onde começa a memória. Somente há pouco tempo é que ocorreu uma reviravolta: a invasão do campo da história pela memória. Daí a obrigação de repensar a articulação das duas (HARTOG, 2011: 26).*

Nesse exercício de repensar a articulação entre história e memória, através das leituras sobre esses dois discursos sobre o passado e suas relações, foi possível perceber a presença de alguns regimes de verdade dando a ler a relação entre eles. Trago esse conceito de regimes de verdade também de Michel Foucault, pois entendo que a existência de regras

---

\* Doutorando da linha de pesquisa História Cultural, Memórias e Identidades do PPGHIS-UnB.

para se escrever a história é um indicativo dos diferentes níveis das disputas de poder que atravessam a construção dessa escrita, “as leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto” e instituem uma verdade, fazem-na funcionar como um regime de verdade. Sobre o conceito de verdade, Michel Foucault define que:

*Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar”, mas o “conjunto das coisas verdadeiras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e das regras se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de “ciência / ideologia”, mas em termos de “verdade / poder” (FOUCAULT, 2007: 13).*

Para o primeiro objetivo desse trabalho, identifiquei regimes de verdade sobre a relação entre memória e história, que se integram ao fazer dos historiadores e às práticas de ensino de história, atentando para dois deles com maior atenção, ainda que reconheça que isso está longe de esgotar as possibilidades de análise. O primeiro regime de verdade sobre história e memória identificado defende e estabelece a posição da história como “crítica da memória”, emergindo das disputas entre memórias, já que é resultado de “uma rede complexa” que confere outros significados ao passado, mas sempre marcando sua posição desnaturalizada e desnaturalizante. Para autores como Manoel Luiz Salgado Guimarães:

*A história emerge como parte da memória cultural com caráter eminentemente social e coletivo, diferindo, portanto, da arte da memória. Se os documentos continuam a ser condição central para a produção de um conhecimento sobre o passado, não são suficientes para que se possa falar em história. Podem também estar a serviço da construção de uma memória. É como parte do exercício de escrita do passado, portanto da produção de uma narrativa, que vestígios podem se transformar em fontes, adquirindo significado numa rede complexa capaz de produzir o passado como história. Assim, a historiografia para realizar seus objetivos deveria necessariamente considerar suas relações com uma história da cultura como condição indispensável para cumprir sua tarefa de crítica às memórias sistematicamente construídas e por vezes naturalizadas” (GUIMARÃES, 2003: 23, grifos meus).*

Essa é uma preocupação de Guimarães, a crítica da memória através de sua historicização. O autor marca claramente a diferença da história enquanto uma narrativa onde existe crítica dos vestígios para se tornarem fontes, além de ter de adquirir significado numa “rede complexa capaz de produzir o passado como história”. Nesse gesto, a ideia é desnaturalizar constructos mostrando sua dimensão histórica, cultural e linguística; retirar aquilo que é lembrado do “reino da natureza” e colocar no palco da história. As pretensões científicas da história marcam, segundo essa orientação, a fronteira entre história e memória.

A análise crítica das fontes, a prática disciplinar entre os pares e a escrita, enfim, a operação historiográfica<sup>1</sup> garante o status científico da história diante da memória.

Outro regime de verdade é defendido por autores como Cléria Botelho da Costa, para quem nesse gesto de “reconstrução das memórias, não podemos nos ater exclusivamente ao olhar sequencial das datas, ao tempo cronológico, homogêneo e vazio, que ofusca as temporalidades históricas. Precisamos pacientemente observar o que está submerso” (COSTA, 2002: 7). A autora apresenta a memória não como fonte ou objeto para a história, mas como dotada de ritmos próprios, ritmos estes que conferem visibilidade às temporalidades históricas. Nesse sentido, a memória se imporia como um campo, uma área interdisciplinar e transversal, onde teria lugar uma “fenomenologia hermenêutica da memória” (RICOEUR, 2012: 403).

Embora existam aproximações e distanciamentos entre eles, estes dois regimes de verdade se impuseram como as formas hegemônicas para operacionalizar a relação entre memória e história ao longo das leituras. Existiria ainda um terceiro regime de verdade, sobre o qual não pretendo me deter aqui, onde a memória não seria sequer digna da atenção da história, como se isso fosse possível. Diante dos modelos estritamente metódicos de operacionalização das narrativas históricas, a memória surge como volúvel, fugidia, subjetiva e incontrolável. Não seria um objeto, mas apenas fonte.

Um autor articulado com essa posição é o historiador Carlos Fico, que ao analisar a historiografia brasileira dos anos 1990 percebeu uma tendência que estava a se consolidar, o uso de fontes orais. Para o autor, “entrevistas que vão sendo feitas para embasar todo tipo de pesquisa, sobre uma infinidade de temas, no que talvez se possa prenunciar como exagero, mormente em função da velha discussão sobre as diferenças entre História e memória” (FICO, 2000: 35). Ainda que dê visibilidade à “velha discussão”, o autor pensa a memória apenas como fonte, vendo exagero e pulverização temática. Na análise de Fico, enquanto a imprensa já ascendera a objeto de estudo, a memória ainda era apenas uma fonte.

Em seu trabalho, Maurice Halbwachs, destacou a dimensão coletiva da memória, da função social da reconstrução do passado no ato de lembrar. Segundo Paul Ricoeur, Halbwachs teve a “audaciosa decisão de pensamento que consiste em atribuir a memória diretamente a uma entidade coletiva que ele chama de grupo ou sociedade” (RICOEUR, 2012: 130). Assim, seu trabalho marcou as análises posteriores de diversos autores. Maurice

---

<sup>1</sup> CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

Halbwachs destacava a história como uma “forma da memória coletiva”, questionando suas pretensões de cientificidade ao destacar que:

*Por história é preciso entender então não uma sucessão cronológica de acontecimentos e de datas, mas tudo aquilo que faz com que um período se distinga dos outros, e cujos livros e narrativas não nos apresentam em geral senão um quadro bem esquemático e incompleto. (HALBWACHS, 1990: 64)*

Atentando para as limitações das pretensões da história de dar conta do passado (e da memória), o sociólogo Halbwachs acaba por identificar a história a um “quadro de acontecimentos” e a memória a um “centro de tradições”. Importante destacar que a historiografia a que se refere o autor é ainda o modelo da história metódica do século XIX, assim como tal debate se trava em torno da institucionalização dos próprios campos da sociologia e da história como disciplinas<sup>2</sup>. Opondo e distanciando história e memória, para o autor, a primeira se “interessaria sobretudo pelas diferenças, feita a abstração das semelhanças, sem as quais todavia não haveria memória”. A memória surge como marca de pertencimento, “uma vez que nos lembramos apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência” (HALBWACHS, 1990: 90).

Maurice Halbwachs destaca como história e memória são “dois termos que se opõem em mais de um ponto”, sendo que a “a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social” (HALBWACHS, 1990: 85). Estaria, portanto, a memória à frente nas necessidades imediatas da sociedade, relegando a história para um segundo momento para salvar a memória do esquecimento.

O também sociólogo Michael Pollak foi outro autor que analisou as relações entre memória, história e identidade, ressaltando os problemas aí envolvidos. Para Pollak, os historiadores trabalham para “enquadrarem a memória”. Ainda que destaque que é um trabalho “parcialmente realizado pelos historiadores”, o autor afirma que “o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento. Eu poderia dizer que, em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória” (POLLAK, 1992: 206). A memória enquadrada pelos historiadores é definida como “essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”, uma memória que teria por funções essenciais “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em

---

<sup>2</sup> Sobre o estabelecimento da história e da sociologia como campos definidos no fim do século XIX ver: BURKE, Peter. *A escola do Annales* (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia. São Paulo: Martins Fontes, 1990; DELACROIX, Christian, DOSSE, François, GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França – Séculos XIX e XX*. São Paulo: EdUNESP, FGV, 2012.

comum” (POLLAK, 1989: 9), em outras palavras, a memória como um fenômeno construído e constituinte das identidades coletivas. Pollak destaca a importância da história enquanto crítica que permite não só enquadrar a memória, mas ir além desta com seus investimentos.

O historiador Jacques Le Goff destaca como a memória está imbricada na questão da identidade, seja individual ou coletiva, fazendo de sua busca “uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente conquista, é também um instrumento e um objeto de poder” (LE GOFF, 2003: 469). Assim sendo, Le Goff defende que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE GOFF, 2003: 422). Seu texto *Memória e História* - definido por Paul Ricoeur como obra “exemplar” da valorização da memória como objeto da história - apresenta a história como meio para ir além da manipulação da memória coletiva.

O historiador inglês Peter Burke nos lembra de que “a visão tradicional da relação entre a história e a memória é relativamente simples. A função do historiador é ser o guardião da memória dos acontecimentos públicos” (BURKE, 2000: 67). O autor problematiza o conceito de memória coletiva, preferindo o conceito de memória social. Para Burke, cabe ao historiador se interessar pela memória tanto como fonte histórica, quanto como fenômeno histórico. Além de considerar os atos de lembrar como fonte para a história, cabe igualmente ao historiador atentar para essa história social do lembrar. É preciso identificar os princípios de seleção, suas variações e transformações nesse exercício de historicização da memória. Para Burke, a história toma a memória como seu objeto.

Mais um autor importante no que tange aos debates sobre memória é o historiador dos *Annales* Pierre Nora. Seu texto é basilar ao trazer a noção de lugares de memória, esse “jogo da memória e da história, uma sobredeterminação recíproca” (NORA, 1993: 22). O historiador francês percebe na necessidade contemporânea por memórias, uma necessidade de história. Nora marca bem seu entendimento do fenômeno da memória:

*A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam, ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censuras ou projeções. A história, porque operação*

*intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quanto grupos existem, que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo” (NORA, 1993: 9).*

Cabem aqui algumas análises. O autor, como Halbwachs, polariza ao extremo a relação entre memória e história, instituindo a memória como refúgio do afetivo, do mágico, do vivido. A história é “uma representação do passado”. A libertadora da memória, já que é uma “operação intelectual e laicizante”, analítica e crítica. Uma história com vocação para o universal, ainda que só conheça o relativo. Paul Ricoeur, ao historicizar a produção da noção de lugares de memória por Nora, expõe o que a noção tem de “insólito desde o começo” (RICOEUR, 2012: 412). Para Pierre Nora, a história é a operação científica, não obstante ser problemática e incompleta, capaz de vencer a natureza inconsciente, deformada, vulnerável, manipulável da memória. A história se afirma como meio para relacionar as coisas, o discurso capaz de organizar a pretensa universalidade em que a memória apenas se enraíza.

Para o historiador François Hartog, a obra de Pierre Nora é uma referência que marca a “abertura de um campo novo: o de uma história da memória”, onde através de seus lugares de memória “a memória coletiva pode também fazer parte desse ‘território’ do historiador ou, melhor ainda, tornar-se instrumento da escalada da história contemporânea” (HARTOG, 2013: 160). Para os dois historiadores franceses, é fundamental a incumbência do historiador em lidar com o passado.

A grande preocupação de Pierre Nora em seu texto, ao contrário de Halbwachs, são os riscos dos excessos de memória. Para Nora é preocupante que estejamos assistindo à passagem “de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história” (NORA, 1993: 19). Os lugares de memória de Nora servem para denunciar a hegemonia da memória, colocada no centro da história, o que lhe vem como uma incursão literária (NORA, 1993: 28).

Para a historiadora Cléria Botelho da Costa, a ideia é buscar a memória como uma forma de reconstruir o passado, onde interessa um conceito de história que se alie ao conceito de memória para expressar as diferentes temporalidades. Assim sendo, para a autora, a memória é uma representação das coisas, além de uma reconstrução do que perdura na memória e é rememorada. Diante dessas possibilidades e nesse mesmo sentido, Costa define e defende uma “poética da memória”, pois esta “possibilita à literatura, ou qualquer outro

trabalho artístico, transmitir ou evocar as memórias fragmentadas do *ethos* da comunidade” (COSTA, 2002: 155). A autora entende que só através da memória é possível a reconstrução do passado que acesse as temporalidades passado, presente e futuro. A memória surge como garantia de possibilidade da história, assim como para a literatura ou para a arte. Nesse sentido, Cléria Costa afirma que sua preocupação “é argumentar que as sensibilidades, a memória afetiva são partes constitutivas do ser humano; portanto, não devem ser excluídas do conhecimento histórico e enquanto tais elas devem ser incorporadas no conhecimento produzido pela historiografia” (COSTA, 2013: 19). Esse entendimento possui ponto de contato com as ideias da historiadora francesa Arlette Farge, que define:

*A memória, bem o sabemos, é um teatro pessoal e se fabrica através de reconstituições íntimas ou míticas que podem embaraçar o historiador. Com efeito (e o debate nesse momento é atual) a memória não é a história; sua irrupção é frequentemente julgada embaraçante pelos profissionais de uma história que deve dar o relato coerente, ordenado e verídico do que se passou (FARGE, 2011: 78).*

Para Farge, os historiadores devem dar ouvidos às testemunhas, que é “preciso saber fazer falar a irregularidade original” (FARGE, 2011: 81), surpreender-se com os acontecimentos e não ficar presos ao “relato coerente, ordenado e verídico do que se passou”.

A escritora argentina Beatriz Sarlo, em entrevista recente, ao ser interpelada sobre como escrever uma história a partir da memória, respondeu que via com otimismo a intensificação das relações entre história e memória. Segundo a autora, “eu sou otimista em relação à construção de uma história mais influenciada pela subjetividade e pela memória nesse período de 84 até agora. E eu sou otimista em poucas coisas” (SARLO, 2014: 55). Ainda assim, Beatriz Sarlo considera que as relações entre história e memória são de desconfiança, “porque nem sempre a história consegue acreditar na memória e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade)” (SARLO, 2007: 17).

O historiador François Hartog nos apresenta os riscos de uma solução - que ele classifica como “tentação pós-moderna” - onde “no limite não haveria mais história, mas apenas usos do passado. Múltiplos e multiformes, estes se produzem a título de memória e em nome da identidade: a cada um a sua memória” (HARTOG, 2011: 16). A memória como alternativa à história, “que é sempre aquela dos vencedores” ou que “desconsidera as experiências das pessoas comuns” (COSTA, 2013b: 53) nas palavras de Cléria Costa. Para Hartog é mais interessante a ideia de conexões, trocas, histórias conectadas, enquanto para Costa a ideia seria construir uma trama com as memórias e histórias das experiências de vida.

François Hartog entende estarmos passando por um regime moderno de historicidade já em crise e defende uma “postura reflexiva” dos historiadores ante os excessos do “presentismo” (HARTOG, 2013: 148). De acordo com o autor, “o que tenho definido por postura reflexiva, mescla de epistemologia e de historiografia, é um fenômeno de grande amplitude no sentido em que não está limitado a um tipo de história, nem sobretudo unicamente à história” (HARTOG, 2011: 251).

O historiador Manoel Guimarães é atento à questão do dever de memória. Ele lembra como nós historiadores somos sempre convocados “a fixar a justa memória”, a apaziguar os conflitos do passado ao sabor do presente (GUIMARÃES, 2006: 56). Nesse sentido, Guimarães entende que a própria história pode se tornar um lugar de memória, de acordo com Nora. Caberia à historiografia o esforço crítico de analisar a escrita da história:

*Trata-se de assumir a escrita como uma operação, que aciona procedimentos e procede a escolhas, pondo em disputa versões e significações para o passado. Como sugerem as colocações de Pierre Nora, a escrita da história pode também vir a se constituir num lugar de memória, cabendo ao praticante do ofício interrogar-se acerca dos procedimentos que instauram a escrita da História nesses lugares do sagrado (GUIMARÃES, 2003: 13).*

O pensamento de Guimarães me parece sintonizado ao pensamento de Michel de Certeau, quando este destaca a função crítica da história, embora pareça valorizar mais um dos efeitos apontados. Certeau destaca que são dois os efeitos da história nesse sentido:

*A operação historiográfica tem um efeito duplo. Por um lado, historiciza o atual. Falando mais propriamente, ela presentifica uma situação vivida. Obriga a explicitar a relação da razão reinante com um lugar próprio que, por oposição a um “passado” se torna o presente. Uma relação de reciprocidade entre a lei e seu limite engendra, simultaneamente, a diferenciação de um presente e de um passado. Mas por outro lado, a imagem do passado mantém o seu valor primeiro de representar aquilo que falta (CERTEAU, 2002: 93).*

Ainda assim, Manoel Guimarães destaca a importância desse exercício de historicizar. Estudioso da historiografia, o autor acreditava que era necessário um constante investigar da “memória disciplinar” da história, que “tende a sacralizar procedimentos, autores e obras como parte de um exercício de escrita da história da própria disciplina” (GUIMARÃES, 2006b: 70). O autor relaciona a cultura histórica à cultura da lembrança. O exercício é sempre de historicizar inclusive o próprio discurso histórico, para ele isso é “um exercício que chamaria de natureza historiográfica” (GUIMARÃES, 2006b: 70).

Parece importante destacar, como o fazem Fernando Catroga e Rebeca Gontigo, como essa autoridade científica da história serve para produzir e legitimar memórias, consolidar tradições, instituir continuidades e rupturas, conformar identidades. Segundo Fernando Catroga, “a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora)



de memórias e tradições” (CATROGA, 2001: 50). A historiadora Rebeca Gontijo, com base nas ideias do historiador português Catroga, afirma que:

*Isso pode ser pensado em relação à própria história da história, capaz de produzir memórias e legitimar tradições, estabelecendo marcos de ruptura capazes de distinguir a “velha” e a “nova” historiografia; sustentando a autoridade de determinados grupos, instituições e indivíduos na produção do conhecimento e na escrita da história (GONTIJO, 2011: 279).*

Desse modo, os autores atentam que mesmo com toda sua pretensão de cientificidade, a historiografia está envolvida pelos meandros da história e da memória. Isso serve para destacar a importância de crítica do próprio fazer historiográfico, para reintroduzir a dinâmica entre memória e história, que não se esgota na imposição de uma sobre a outra. Como afirma Gontijo, mesmo quando olha para seu próprio discurso, “investigar a tessitura dessa memória é uma das tarefas da historiografia, cujo objetivo, entre outros, é compreender as tramas da sacralização de determinados objetos, de modo que esses possam ser vistos como resultantes de certas escolhas entre outras possíveis” (GONTIJO, 2011: 280). Historicizar, portanto, o próprio discurso historiográfico e as memórias por ele instituídas, interpretando de maneira crítica, investigando suas leituras e releituras. Nesse sentido, para a historiadora Diva Muniz, “a memória da escrita da história apresenta-se, assim, como o relato das disputas pelo controle da leitura do passado e, a partir disso, o controle da visão e orientação dada ao presente” (MUNIZ, 2013: 226).

A historiadora Márcia Motta segue a linha de Burke e Nora. A autora define que as memórias são fontes históricas, que “merecem passar por uma análise crítica” (MOTTA, 2012: 26), em segundo lugar, as memórias são também fenômenos históricos (a história social da recordação de Burke). Para Motta, “a história do tempo presente é, sem dúvida, o lugar mais visível e privilegiado para a análise do embate entre história e memória” (MOTTA, 2012: 30).

Márcia Motta acredita que é através da “erudição factual e historiográfica” que o historiador se fará apto a “filtrar o documento” (MOTTA, 2012: 31) e lidar com as fronteiras de seu lugar. Ela conclui que “a história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo” (MOTTA, 2012: 34). Nesse mesmo sentido, Arlette Farge defende que esse é um problema da história do tempo presente, onde “uma história que não levasse em conta a testemunha e a irrupção da singularidade de sua situação seria uma história que recusaria o excesso, o desvio, o deslocamento, as paixões sangrentas, grandiosas ou infames” (FARGE, 2011: 22).

Finalmente, uma das análises mais cuidadosas e extensas sobre o tema é a do filósofo francês Paul Ricoeur (RICOEUR, 2007). Para o citado autor, é preciso reconhecer na memória não apenas uma fonte, mas também um conhecimento / campo, capacidade de (re)significar o mundo e o sujeito. Em sua obra dedicada à memória, à história e ao esquecimento, Ricoeur destaca a complexidade da memória, “o que significa a prova da memória na presença viva de uma imagem das coisas passadas” (RICOEUR, 2012: 105), seus momentos como o da recordação e do reconhecimento, além de sempre valorizar sua relação com a experiência. Assim sendo, o autor conclui que:

*No final de nossa investigação, e a despeito das ciladas que o imaginário arma para a memória, pode-se afirmar que uma busca específica de verdade está implicada na visão da “coisa” passada, do que anteriormente visto, ouvido, experimentado, aprendido. Essa busca de verdade específica a memória como grandeza cognitiva. Mais precisamente, é no momento do reconhecimento, em que culmina o esforço da recordação, que essa busca de verdade se declara enquanto tal. Então, sentimos e sabemos que alguma coisa se passou, que alguma coisa teve lugar, a qual nos implicou como agentes, como pacientes, como testemunhas. Chamemos de fidelidade essa busca de verdade (RICOEUR, 2012: 70).*

Explorando os usos e abusos da memória, Paul Ricoeur nos lembra que o dever de memória vai além da fenomenologia da memória ou da epistemologia da história. Para o autor, “o dever de memória se inscreve numa problemática moral que a presente obra apenas resvala” (RICOEUR, 2012: 104). Para ele, o dever moral de memória também tem de se haver com o direito moral de esquecimento.

O autor trata do par memória pessoal / memória coletiva, que acaba por ampliar a “uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros” (RICOEUR, 2012: 141). Neste ponto, Paul Ricoeur passa a tratar da epistemologia da história, destacando que “a autonomia do conhecimento histórico com relação ao fenômeno mnemônico continua sendo o principal pressuposto de uma epistemologia coerente da história enquanto disciplina científica e literária” (RICOEUR, 2012: 146). Esse é um pressuposto do filósofo, que apresenta a filosofia crítica da história em sua análise da operação historiográfica e tem o objetivo declarado de “discernir a capacidade do discurso histórico de representar o passado, capacidade que chamamos de representância” (RICOEUR, 2012: 250).

Da análise da epistemologia da história, Paul Ricoeur passa a uma análise da hermenêutica da condição historiadora, onde apresenta sua filosofia crítica da história e a relação história e tempo. Só então o autor chega à terceira parte de sua obra, o esquecimento. Para Ricoeur, “o esquecimento continua a ser a inquietante ameaça que se delineia no pano de fundo da fenomenologia da memória e da epistemologia da história” (RICOEUR, 2012: 423). A análise do esquecimento proposta pelo autor se dará pela grade de leitura dos usos e

abusos da memória, culminando não com o dever de esquecimento (ao invés do dever de memória), mas com o direito de esquecimento.

Os posicionamentos do filósofo Paul Ricoeur em sua análise são para o historiador François Hartog uma “exploração dos ‘níveis médios’ entre tempo e narrativa. Da questão da verdade da história à da fidelidade da memória, sem renunciar a nenhuma delas” (HARTOG, 2013: 19). Para Hartog, há uma mudança no “regime de memória” que faz da memória um instrumento do presentismo. O historiador francês lamenta que “o passado atrai mais do que a história; a presença do passado, a evocação e a emoção sobrepõem o distanciamento e a mediação” (HARTOG, 2013: 244), pois ele entende que isso é não apenas uma exacerbação da memória - seja demanda, dever ou direito -, mas uma resposta e sintoma desse presentismo, que enxerga tudo em função do presente.

De acordo com a historiadora Sabina Loriga, numa análise da relação entre memória e história especialmente atenta ao texto de Paul Ricoeur, a relação entre memória e história, construída como apartada por interesses historiográficos, pode e deve mudar. Segundo a autora em sua conclusão:

*É claro que a possibilidade de escutar e compreender intimamente as vozes do passado é parcial, fragmentária, insuficiente. Mas só temos essa possibilidade. Para ser inquietante, a história deve buscar descobrir o passado que a memória carrega em si sem saber, aquele que, como escreveu Marcel Proust, se esconde “fora do seu campo” (LORIGA, 2009: 32).*

A autora é crítica a Ricoeur quando este problematiza as demandas por memória, fugindo ao entendimento tradicional do dever de memória. Segundo Sabina Loriga, Paul Ricoeur escapa da questão de quanta história precisamos para de qual história precisamos. Além disso, para Loriga, Paul Ricoeur negligencia a historiografia do passado e trata mal da imaginação histórica. A autora entende que a posição defendida por Ricoeur após tão longa análise é de que “o historiador age como uma espécie de agente prudente, encarregado de regular o tráfego de diferentes memórias a partir do princípio de equidade” (LORIGA, 2009: 31). Isso para Sabina Loriga significa uma ambiguidade quanto à imaginação histórica.

No entanto, entendo que o filósofo francês deixa claro seu posicionamento na seção que ele chama de memória como “encarregada da história”. Para Ricoeur:

*O processo de historicização da memória, versado em benefício de uma fenomenologia hermenêutica da memória, mostra-se, assim, estritamente simétrico ao processo pelo qual a história exerce sua função corretiva de verdade em relação a uma memória que exerce incessantemente, a seu respeito, sua função matricial (RICOEUR, 2012: 403).*

Também respondendo aos “riscos” apresentados por François Hartog e traçando as linhas gerais do debate que norteou este artigo, Paul Ricoeur mostra como não há valor

intrínseco na oposição entre as duas posições, essa “hubris”, constituintes dos regimes de verdade, que representam “as pretensões rivais da história e da memória de cobrir a totalidade do campo aberto, por trás do presente, pela representação do passado” (Ricoeur, 2012: 403). Dessa forma, conclui Paul Ricoeur:

*Assim emolduradas, história da memória e historicização da memória podem se confrontar numa dialética aberta, que as preserva dessa passagem no limite, dessa hubris que seriam, de um lado, a pretensão da história de reduzir a memória à categoria de um de seus objetos, de outro, a pretensão da memória coletiva de avassalar a história pelo viés desses abusos de memória, nos quais podem se transformar as comemorações impostas pelo poder político (RICOEUR, 2012: 403).*

Assim sendo, com base nessa análise, podemos perceber algumas regras e alguns efeitos específicos de poder - de que fala Foucault - em torno desses dois regimes de verdade, além do posicionamento dos autores tratados, historiadores ou não. O primeiro, que Ricoeur define como “a pretensão de história de reduzir a memória à categoria de um de seus objetos”, ao qual se alinham vários dos autores analisados, como Guimarães, Le Goff, Burke, que identifica a memória como objeto da história, demanda o exercício da função crítica da história sobre a memória (o que inclui a historiografia) e defende a representância da história. O segundo regime de verdade, que Ricoeur define como “a pretensão da memória coletiva de avassalar a história pelo viés desses abusos de memória” é operacionalizado por autoras como Costa, Loriga, Sarlo, que identifica a memória como uma área do saber aberta às sensibilidades ao qual a história é convidada a participar, demanda uma imersão da história nas possibilidades da memória e defende a representância da memória.

Esses regimes chegam de formas diferentes aos livros didáticos. Existe pouca preocupação em marcar a distinção entre memória e história nos textos didáticos, assim como os termos da relação entre esses dois discursos. No capítulo inicial “Fazer, aprender e lembrar histórias”, o livro de história do 6º ano da coleção Projeto Velear transita entre noções de memória e história todo o tempo: “todo dia você está construindo sua história e ajudando a construir a história dos grupos dos quais faz parte”. Os autores prosseguem para uma questão: “você seria capaz de lembrar tudo o que aconteceu na sua vida?” Esta será respondida com a seguinte proposta: “verá também como suas lembranças podem ser organizadas para construir a sua história” (CABRINI, 2013: 10-11). Este é um exemplo de uma das duas coleções temáticas aprovadas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2013.

Em outras coleções, que seguem o eixo-temático tradicional de formação da civilização ocidental, aprovadas pelo mesmo PNLD, a confusão entre os dois discursos parece ainda maior, como no caso da coleção Para Viver Juntos onde podemos ler que “as lembranças ficam guardadas na memória”. Disso decorre que “os estudos da História têm a

função de lembrar às pessoas, aos grupos e às sociedades acontecimentos do passado que lhes ajudem a compreender melhor o presente” (MOTOOKA, 2013: 11). Na coleção Por Dentro da História, apenas em uma pequena nota podemos ler a palavra memória, ausente de todo o restante do capítulo dedicado a explicitar o conceito de história. Na nota lê-se:

*História e memória guardam semelhanças. Ninguém se lembra de tudo a todo instante. A cada momento, recupera-se do passado aquilo que é necessário para solucionar um problema ou resolver um aspecto do dia a dia. A história segue pelo mesmo caminho, trazendo do passado fatos que pareciam esquecidos e são importantes para analisar o tempo presente (SANTIAGO, 2013: 10).*

Esses regimes de verdade ainda podem ou não ser percebidos nos livros didáticos utilizados no ensino de histórias no ensino fundamental, mesmo que alguns ainda estejam ocupados em trazer fatos do passado. Na coleção Saber e Fazer História, podemos ler que:

*Essa história pode ser recuperada a partir da memória de cada um ou do conjunto das pessoas que a vivenciaram. Alguns acontecimentos são lembrados, outros são esquecidos. Assim, a memória é uma espécie de “campo de disputas”, impulsionadas, muitas vezes, pelos interesses sociais (COTRIM, 2013: 13).*

A memória como fonte, depois como um “campo de disputas”. Além disso, na explicação dos termos, vemos que “as histórias vividas pelas pessoas (...) podem ser estudadas pela História”, ou ainda que em “épocas mais recentes é possível entrevistar diretamente as pessoas”. Apenas a dimensão de fonte é desenvolvida. Ao tratar das fontes históricas, os autores vão destacar a importância do que chamam de história oral. Segundo os autores, “o registro das lembranças dessas pessoas ajuda a ampliar a compreensão de um passado recente ou da história que está sendo construída na atualidade” (COTRIM, 2013: 15). Isso, no entanto, ainda mantém a memória como matéria prima para o trabalho dos historiadores e não um campo, mesmo com aspas. Segue-se, ainda, um exemplo com imagem e o texto “os griós são detentores de memória, responsáveis pela transmissão das tradições orais entre as gerações” (COTRIM, 2013: 15). Fica como um exemplo isolado, não valorizados pelo seu saber, mas sim pelo material que podem fornecer.

Na coleção História, Sociedade & Cidadania é apenas no trato das “fontes da História” que alguma referência à memória é apresentada. Para o autor, “as lembranças dos mais velhos são, portanto, uma fonte para o conhecimento da História” (BOULOS, 2013: 17). Nada mais é tratado, sem qualquer menção direta ao conceito de memória.

Na coleção História e Vida Integrada, não há qualquer integração entre memória e história, pois a palavra memória não é sequer mencionada, muito menos desenvolvida.

Quando muito, no que tange às fontes históricas, há menção ao conceito de “tradição oral”. É o mesmo caso da coleção *Novo História: Conceitos e Procedimentos*, que apesar de trazer uma introdução para os conceitos, não menciona em nenhum momento a memória. Na coleção *História em Projetos*, que não explicita nenhum de seus conceitos aos educandos, já começando uma “viagem” pelo conteúdo, também não há presença da palavra memória

No livro temático da coleção *Link: História*, apenas na página 92, já na terceira unidade temos a menção da palavra memória, no quadro “fotografia e memória”, onde o conceito só serve como parâmetro comparativo para desarticular a pretensa similitude entre a foto e a realidade. Para os autores, “as lembranças guardadas não são iguais, e quando são as mesmas recebem pesos diferentes” (MARINO, 2013: 92).

Assim como Paul Ricoeur, eu acredito numa “dialética aberta”, que nos afaste dos limites. Parece ser possível afirmar o caráter científico da história garantido pela operação historiográfica, exercer a função crítica das memórias, mas também explorar os ritmos, as cadências, as formas “como o tempo da experiência vivida se refletem na maneira como se fala do tempo”, onde a história e a memória “se entrelaçam neste discurso a muitas vozes sobre a memória histórica local” como sugere Tânia Gandon (GANDON, 2001: 139).

Desse modo, os livros didáticos devem atentar para tais possibilidades de se pensar a relação entre história e memória a fim de romper com a confusão e pouco caso que marcam as definições de seus conceitos. É preciso explicitar tais regimes de verdade para operacionalizar nas práticas discursivas a crítica ou o entrelaçamento de história e memória.

Assim sendo, voltando aos termos de Michel Foucault, devemos por verdade “entender um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”. Para o autor, ela está “circularmente ligada a sistemas de poder que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem” (FOUCAULT, 2007: 14). Esses regimes de verdade, portanto, são produzidos e produtores das práticas historiográficas e dos limites induzidos e indutores da relação entre história e memória.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- BOULOS, Alfredo. *História, sociedade & cidadania*. São Paulo: FTD, 2013.
- BURKE, Peter. *A escola do Annales (1929-1989)*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BURKE, Peter. “História como memória social”. In: *Varietades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CABRINI, Conceição & outros. *Projeto Velear*. São Paulo: Scipione, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COSTA, Cléria B. & MACHADO, M. S. (orgs). *Imaginário e história*. Brasília: Paralelo 15, 1999.
- COSTA, Cléria B. (org). *Um passeio com Clio*. Brasília: Paralelo 15, 2002.

- COSTA, Cléria B. *Brasília: amor à cidade e cidadania*. Recife: 2010. Disponível em: <[http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270413259\\_ARQUIVO\\_BRASILIA\\_versaoRecife.pdf](http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270413259_ARQUIVO_BRASILIA_versaoRecife.pdf)>. Acesso em 10/07/2014.
- COSTA, Cléria B. No palco das lembranças: Brasília – entre a modernidade e a memória afetiva. In: *Revista Latino-Americana de História*, vol. 2, nº. 7. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2013.
- COSTA, Cléria B. & RIBEIRO, M. (orgs.). *Fronteiras móveis: culturas, identidades*. Goiânia: Ed. PucGO, 2013b.
- COTRIM, Gilberto & outros. *Saber e fazer história*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DELACROIX, Christian, DOSSE, François, GARCIA, Patrick. *Correntes históricas na França – Séculos XIX e XX*. São Paulo: EdUNESP, FGV, 2012.
- DREGUER, Ricardo & outros. *Novo História*. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FARGE, Arlette. *Lugares para a história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FICO, Carlos. “Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 1990”. In: GUAZZELLI, Cesar A. B. e outros (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007a.
- GANDON, Tânia R. “Entre memória e história: tempos múltiplos de um discurso a muitas vozes”. In: Proj. História, nº 22. São Paulo: EdUSP, 2001.
- GONTIJO, Rebeca. “José Honório Rodrigues e a invenção de uma moderna tradição”. In: NEVES, Lucia Maria B. P., GUIMARÃES, Lucia Maria P. & outras (orgs.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. “A cultura histórica oitocentista”. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. “Escrever História, Domesticar o Passado”. In: LOPES, Antônio (org.). *História e Linguagens: texto, imagens, realidade e representações*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.
- GUIMARÃES, Manoel L. S. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: *Estudos sobre a escrita da história: Anais do encontro de historiografia e história política*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006b.
- HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- HARTOG, François. *Evidência da história*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Ed. Unicamp, 2003.
- LORIGA, Sabina. “A tarefa do historiador”. In: GOMES, Ângela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, pp. 13-37.
- MARINO, Denise & outros. *Coleção Link*. São Paulo: IBEP, 2013.
- MOTTA, Marta M. “História, memória e tempo presente”. In: CARDOSO, Ciro F. & VAIFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- MOTOOKA, Débora. *Para viver juntos*. São Paulo: SM, 2013.
- MUNIZ, Diva do C. G. “Mulheres, cultura e cidadania: memória e história”. In: COSTA, Cléria B. & RIBEIRO, M. (orgs.). *Fronteiras móveis: culturas, identidades*. Goiânia: PucGO, 2013.
- NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. *Projeto História*, n. 10. São Paulo: Educ, 1993.
- OLIVEIRA, Conceição & outros. *História em projetos*. São Paulo: Ática, 2013.
- PILETTI, Nelson & outros. *História e vida integrada*. São Paulo: Ática, 2013.
- POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. In: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3. Rio de Janeiro: 1989.
- POLLAK, Michael. “Memória e identidade nacional”. In: *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: 1992.
- RAMINELLI, Ronald. “História urbana”. In: CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

SANTIAGO, Pedro & outros. *Por dentro da história*. São Paulo: Escala Educacional, 2013.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado – cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SARLO, Beatriz. *Cultura e política indissociáveis: entrevista*. [abril de 2014]. *Revista de história da biblioteca nacional*. Entrevista concedida a Alice Melo e Ronaldo Pelli.